



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA
GABINETE**

Lei Complementar nº 066/2016

de, 25 de maio de 2016.

“Altera a Lei Complementar nº 28 de
17 de Maio de 2011 e dá outras
providências.”

Artigo 1º - A Lei Complementar nº 28 de 17 de maio de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Artigo 18 A – O Sistema Municipal de Controle Interno é composto com as seguintes unidades:

- I – Coordenador do Sistema Municipal de Controle Interno – Controlador;
- II – Ouvidor Geral do Município;

Artigo 90 A – Compete à Ouvidoria do Município de Bodoquena:

I – assegurar de forma permanente e eficaz, a preservação dos princípios da legalidade, moralidade e eficiência dos atos dos agentes da Administração direta e indireta, inclusive de entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população.

II - receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores da Administração Pública Municipal direta e indireta, e daquelas entidades referidas no inciso I;

III - receber sugestões de aprimoramento, críticas, elogios e pedidos de informação sobre as atividades da Administração Pública Municipal;

IV - diligenciar junto às unidades administrativas competentes, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior;

V - manter o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas pelas unidades administrativas, excepcionados os casos em que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;

VI – encaminhar anualmente ao Prefeito Municipal o relatório das atividades praticadas;

VII - promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração pública;

VIII - organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA
GABINETE

IX – receber as requisições formuladas por membros da comunidade, sempre identificadas e encaminhá-las a quem de direito;

X – rejeitar e determinar o arquivamento de manifestações consideradas improcedentes, mediante despacho fundamentado, podendo o requerente recorrer da decisão ao Prefeito no prazo de três dias após a sua ciência;

XI – agir com integridade, transparência, imparcialidade e justiça, zelando pelos princípios da ética, moralidade, legalidade, impessoalidade, e eficiência pública;

§ 1º. A Ouvidoria manterá sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção dos denunciante, quando requerer o caso ou assim for solicitado.

§ 2º A Ouvidoria será o canal de comunicação direta entre a sociedade e a Administração Municipal, recebendo elogios, sugestões, reclamações e denúncias, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.

Artigo 90B – O Coordenador do Sistema Municipal de Controle Interno é órgão subordinado diretamente ao Prefeito com competência específica e autonomia técnica e acumulará as funções de Controlador e Ouvidor Municipal.

Artigo 2º - O Organograma da Estrutura Administrativa – Anexo II- Gabinete do Prefeito, da Lei Complementar nº 28 de 17 de maio de 2011 passa a vigorar conforme anexo I, desta lei.

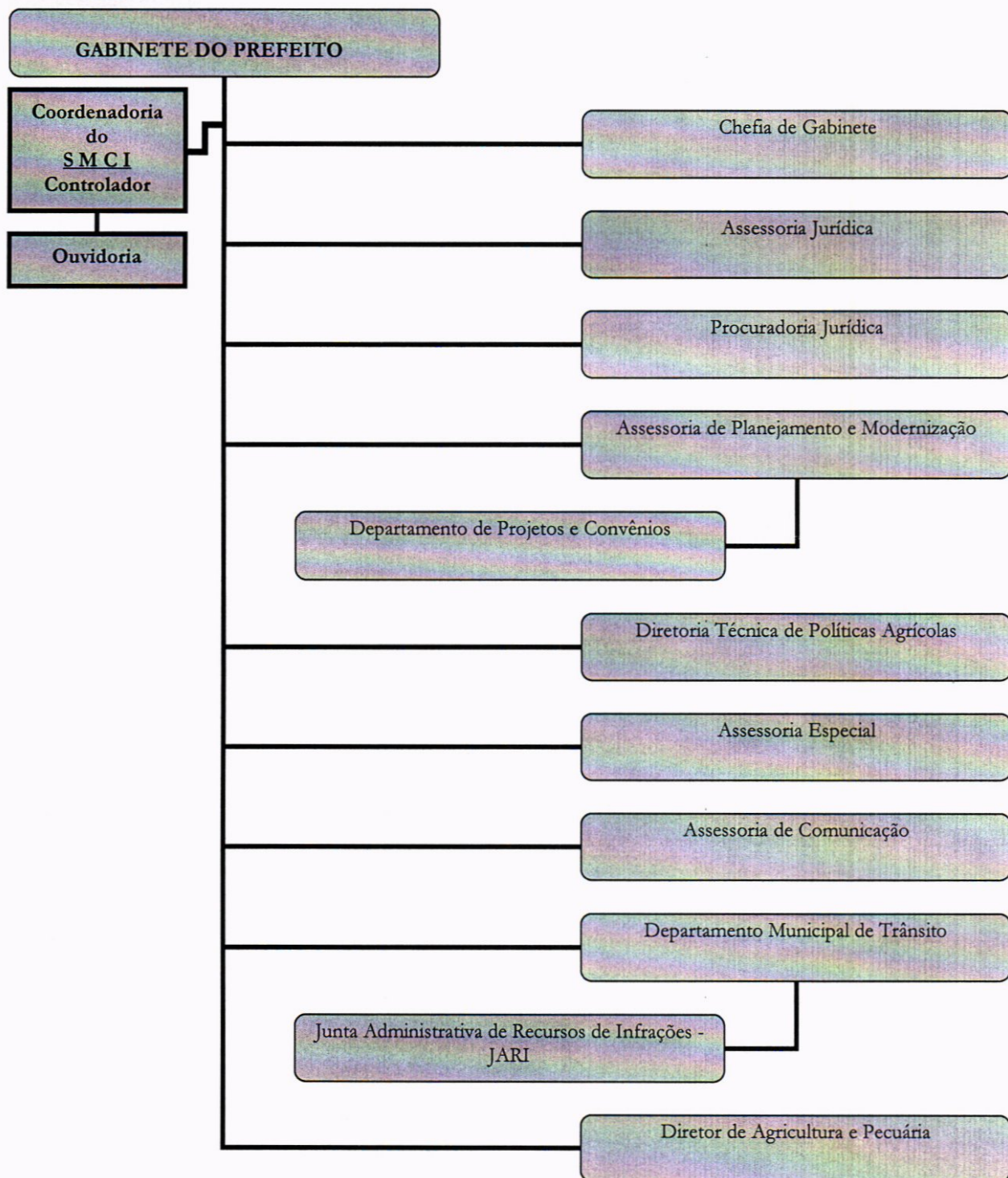
Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jun Iti Hada
Prefeito Municipal

| |
|-----------------------------------|
| Publicado no Jornal de Circulação |
| Estado do Pantanal |
| Nº 800 |
| Data 31/05/16 |



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA
GABINETE



ESTADO DO PANTANAL

Publicações e Editais



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE JARDIM

PORTARIA Nº 286/2016-DRH

Em 13 de Maio de 2016.

DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO DE
TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA
CLEIDE PAREDES RODRIGUES, E
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jardim – Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o inciso IX, do artigo 76 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar 003/1991

RESOLVE

Artigo. 1º - Conceder a servidora CLEIDE PAREDES RODRIGUES, matrícula 19-2, funcionalidade efetiva no cargo de Professora da Prefeitura Municipal de Jardim, a averbação de 368 dias (trezentos e sessenta e oito) dias, correspondente a 01 (um) ano, 00(zero) meses e 03(três) dias, conforme § 09, do artigo 201 da Constituição Federal e o artigo 4º da Emenda Constitucional nº 20, relativo ao período de trabalho conforme caridido.

- 368 dias, prestados para a Secretaria do Estado de Educação, no período de 23/05/1985 a 25/02/1986 e 26/03/1986 a 28/02/1986; conforme Caridido de Tempo de Contribuição expedida pela Agência de Previdência Social de MS – Diretoria e Benefícios, Nº do Processo 29/69.150/2006, Nº CTC 962/2014 – SMPJ nº 10.306.292/0001-49.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DR. ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA
GABINETE

Lei Complementar nº 066/2016

de 25 de maio de 2016.

Altera a Lei Complementar nº 28 de 17 de maio de 2011 e dá outras providências.

Artigo 1º - A Lei Complementar nº 28 de 17 de maio de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Artigo 18 A - O Sistema Municipal de Controle Interno é composto com as seguintes unidades:

I - Coordenador do Sistema Municipal de Controle Interno – Controlador;

II - Ouvidor Geral do Município;

III - assegurar de forma permanente e eficaz, a preservação dos princípios da legalidade, moralidade e eficiência dos atos dos agentes da Administração direta e indireta, inclusive de entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população;

II - receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desconhecidos, indesejados, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores da Administração Pública Municipal direta e indireta, e daquelas entidades

relatadas no inciso I;

III - receber sugestões de aprimoramento, críticas, elogios e pedidos de informação sobre as atividades da Administração Pública Municipal;

IV - diligenciar junto às unidades administrativas competentes, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior;

V - manter o cidadão informado a respeito das averbações e providências adotadas pelas unidades administrativas, exceto quando os casos em que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;

VI - encaminhar anualmente ao Prefeito Municipal o relatório das atividades praticadas;

VII - promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração pública;

VIII - organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas;

IX - receber as requisições formuladas por membros da comunidade, sempre identificadas e encaminhadas a quem de direito;

X - rejeitar e determinar o arquivamento de manifestações consideradas improcedentes, mediante despacho fundamentado, podendo o requerente recorrer da decisão ao Prefeito no prazo de três dias após a sua ciência;

XI - agir com integridade, transparência, imparcialidade e justiça, zelando pelos princípios da ética, moralidade, legalidade, impessoalidade, e eficiência pública;

§ 1º - A Ouvidoria manterá sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção dos denunciantes, quando requerido o caso ou assim for solicitado.

§ 2º - A Ouvidoria será o canal de comunicação direta entre a sociedade e a Administração Municipal, recebendo elogios, sugestões, reclamações e denúncias, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.

Artigo 90B - O Coordenador do Sistema Municipal de Controle Interno é órgão subordinado diretamente ao Prefeito com competência específica e autonomia técnica e acadêmica às funções de Controlador e Ouvidor Municipal.

Artigo 2º - O Organograma da Estrutura Administrativa – Anexo II- Gabinete do Prefeito, da Lei Complementar nº 28 de 17 de maio de 2011 passa a vigorar conforme anexo I, desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jun 11 Hada

Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA
GABINETE

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto desta Ata será recebido por servidores do Município de NIOAQUE, que verificarão se esta em conformidade com as especificações, conforme condições de fornecimento/entrega obrigatórias contidas no edital.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

O Município de NIOAQUE acompanhará e fiscalizará toda a execução do objeto desta Ata, e profissional competente, que poderá, constatando a inobservância quanto às especificações.

II. Mandar suspender a execução do fornecimento;

III. Mandar substituir o fornecedor da empresa contratada;

IV. Suspender o pagamento;

V. Rescindir a Ata de Registro de Preços;

VI. Fiscalizar a presente Ata através da PORTARIA 286/CAB/2015.

CLÁUSULA NONA - DO PREÇO

O preço total certo e ajustado para o fornecimento do objeto é de R\$ 17.400,00, a ser pago em com o Projeto nº 16/2016 e cláusula seguinte desta Ata de Registro de Preços nº 12.

§ 3º - A Contratada reconhece ao Município de NIOAQUE o direito de, a critério do Município, descontar dos pagamentos devido o valor de multas e demais sanções pecuniárias previstas no Edital de Registro de Preços.

§ 4º - A Contratada não poderá sem anuência do Município de NIOAQUE, modificar especificações desta Ata.

§ 5º - A Contratada é obrigada a permitir e facilitar a fiscalização ou supervisão pelo Município de NIOAQUE, do objeto entregue, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados.

§ 6º - A Contratada é obrigada a participar ao Município a ocorrência de qualquer fato ou com possa atrasar ou impedir a execução no todo ou em parte do objeto.

§ 7º - A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência, mesmo que a entrega deles decorra antes de estar prevista para tal, sob pena de multa de 05% (cinco por cento) do valor do objeto, por atraso na entrega.

§ 8º - A Contratada deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, e diligenciar para que o objeto esteja em perfeita condição, não podendo conter quaisquer vícios.

§ 9º - A Contratada se compromete em não entregar objeto, diferente dos listados quanto à fabricação.

CLÁUSULA DOZE - DA SUBCONTRATAÇÃO

E vedada a subcontratação do objeto desta Ata.

CLÁUSULA TREZE - DA OBRIGAÇÃO DOS SUCESSORES

A Ata de Registro de Preços vincula as partes que dela participam e seus sucessores a qualquer tempo.

CLÁUSULA QUATROZE - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta Ata correrão à conta das dotações existentes e demais que parte do quadro de dotações orçamentária.

CLÁUSULA QUINZE - DO FUNDAMENTO LEGAL

Esta Ata reger-se-á de acordo com a Lei nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, a Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 80.2013/18/2016 e demais disposições legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO VALOR

As partes dão a presente Ata o valor de R\$ 17.400,00 para fins e efeitos de direitos.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de NIOAQUE/MS para dirimir quaisquer dúvidas com relação a esta Ata, com renúncia a qualquer outro, mesmo que privilegiado.

CLÁUSULA DEZOITO - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais aplicáveis à espécie.

E, por estarem assim justos e contratados, mandaram redigir a presente Ata de Registro de Preços (Ata) em duas vias de igual teor e forma, que depois de lida e achado conforme, assinaram no prazo de dias testemunhas abaixo assinadas que a tudo estiverem presentes.

NIOAQUE 11 de Maio de 2016.

GERSON GARCIA SERPA
PREFEITO MUNICIPAL

ALDIRA LESCANO DA SILVA

TESTEMUNHA

AL DA SILVA - POUSSADA DA BONECA - ME

terça-feira, 31 de maio de 2016



AVISO - PREGÃO Nº 23/2016 - PROCESSO 57
MUNICÍPIO DE JARDIM

PORTARIA Nº 287/2016-DRH

Em 13 de Maio de 2016.

DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO DE
TEMPO DE SERVIÇO DASERVIDORA
INES DA COSTA BITENCOUT, E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jardim - Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o inciso IX, do artigo 76 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar 003/1991.

RESOLVE

Artigo. 1º - Conceder a servidora INES DA COSTA BITENCOUT, matrícula 40-1, funcionária efetiva no cargo de Zeladora da Prefeitura Municipal de Jardim, a averbação de 3.964 dias (três mil novecentos e sessenta e quatro) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 10(diez) meses e 14(quatorze) dias, conforme § 08, do artigo 201 da Constituição Federal e o artigo 4º da Emenda Constitucional nº 20, relativo ao período de trabalho conforme certidão.

- 3.964 dias, prestados para a Prefeitura Municipal de Jardim, no período de 17/02/1986 a 31/12/1996; conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, sob o Protocolo nº 00001140.1.00051.4 e o NIT 1703340927-1

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DR. ERNEY CÔNIA BAZZANO BARBOSA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação por Incorreção
RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 30 DE MARÇO DE 2016.

Constitui a comissão Preparatória para 6ª Conferência Municipal da Cidade de Bodoquena
O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CMU, no uso de suas atribuições estabelecidas da Lei nº 1.691/92, e conforme o disposto na Resolução Normativa nº 19, de 18 de Setembro de 2015, do Conselho das Cidades e Ministério das Cidades.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Bodoquena, nos termos desta Resolução Normativa.
Art. 2º A Presidência da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Bodoquena será exercida pelo Chefe de Gabinete Municipal Srª Maria Cláudia Rovari.
Art. 3º A Coordenação da Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Bodoquena será exercida pela Comissão Executiva escolhida entre os membros da Comissão Preparatória pelas suas partes.

CABINETE DO PREFEITO

Coordenadora
do
SMCI
Gestor(a)

Quadrante

Chefe de Gabinete

Assessoria Jurídica

Procuradoria Jurídica

Assessoria de Planejamento e Modernização

Departamento de Projetos e Convênios

Diretoria Técnica de Políticas Agrícolas

Assessoria Municipal

Assessoria de Comunicação

Departamento Municipal de Trânsito

Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI

Direção de Agricultura e Pecuária



PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2016
PREÇO Nº 16/2016

As 08:00, do dia 11/05/2016, o MUNICÍPIO DE NIOAQUEMS, inscrito no CNPJ nº 03.073.699/0001-08, situada na AV. GAL. KLINGER, CENTRO, Cep. 79220000, no Município de NIOAQUEMS, representado pelo Gestor Máximo da Encilade (da) GERSON GARCIA SERPA inscrito no CPF nº 062.396.251-91, residente e domiciliado a RUA PREFEITO SOUZA RANGEL, 105, CENTRO Município de NIOAQUEMS, nos termos da Lei nº 10520/2002, e subsequentemente a Lei nº 8689/93 e posteriores alterações, a Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 80/2013 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Processo Administrativo nº 42/2016, modalidade PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016, por deliberação do Pregão do Município, conforme Ata da sessão pública do dia 11/05/2016 e homologada em 11/05/2016, conforme documento no referido processo, RESOLVE REGISTRAR PREÇOS PARA A PARA FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE PESSOAL EM HOTEL NO MUNICÍPIO DE NIOAQUEMS. Através do Sistema de Registro de Preços oferecido pela empresa AL DA SILVA - POUSSADA DA BONECA - ME, CNPJ 08.845.306/0001-07, CEP: 79081-040 com sede na AV. Manoel da Costa Lima nº 1573, Jardim Primavera, Campo Grande MS, neste ato representada pela Srª Aldimira Lescano da Silva, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame acima referido observada as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem:

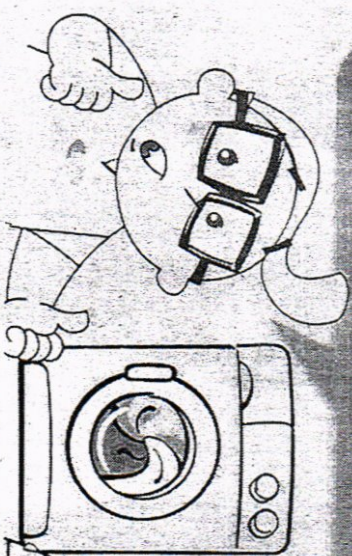
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

NOME:
CPF:
NOME:
CPF:

AVISO - PREGÃO Nº 23/2016 - PROCESSO 57

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE - MS tornará a realizar a licitação abaixo relacionada, nos termos 10.520/2002 Decreto Municipal 068/2007 e Lei nº, posteriores alterações a licitação acima referida, do preço global" Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria para elaboração, cadastramento e acompanhamento de visando a captação de recursos; monitoramento e de prestação de contas de convênios, termos de contratos de repasse e instrumentos similares celebrados a administração pública federal e estadual do Nioaque/MS. Demais informações pelo telefone - (67) Setor de Licitações e Contratos, ou licitacioaque@hotmail Data de Abertura: 10/06/2016 - Horário: 08:00 hs Local: Prefeitura Municipal de Nioaque Nioaque/MS, 30/05/2016 Anderson Neves - Pregoeiro

Utilize de maneira econômica a Lavadora e o Ferro de Passar



Gasto de energia com lavadora e ferro de passar pode ser reduzido. A lavadora de roupas e o ferro de passar podem ser utilizados de forma racional, desperdício de energia elétrica. Uma dica importante